

Conselho de Administração**Presidente**
Plínio Villares Musetti**Membros**

Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Júlio César Mesquita, Patrícia Maria Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião**Diretor de Opinião:** Ruy Mesquita
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira**Diretor Presidente:** Francisco Mesquita Neto**Diretor de Conteúdo:** Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Editora-Chefe de Conteúdos Digitais: Claudia Belfort
Diretor do Núcleo Publicações: Ilan Kow
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzi**Diretor de Mercado Leitor e Operações:** Christiano Nygaard
Diretor de Mercado Anunciante: Rogério Gabriel Comprido
Diretor de Estratégias e Mercados Digitais: José Papa Neto
Diretor Financeiro: Jorge Casmerides
Diretor de Recursos Humanos: Fábio de Biazzi
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

estadao.com.br

A versão na Internet de
O Estado de S. Paulo**Notas & Informações**

Um xerife para o euro



Há quatro anos em crise e com perspectiva de mais um ano ruim, os países da zona do euro continuam progredindo lentamente no rumo da plena integração. Ainda no meio de muitas divergências, os governos dos 17 países da união monetária podem celebrar pelo menos mais dois avanços. Em dois dias de reunião de cúpula foi definido o roteiro para instalação do supervisor bancário único, indispensável tanto para a segurança do sistema financeiro quanto para a execução da nova política de capitalização dos bancos. Um acordo sobre os próximos passos foi anunciado na sexta-feira, no fim do encontro de líderes em Bruxelas. O arcabouço jurídico do órgão supervisor, ligado ao Banco Central Europeu (BCE), deverá estar pronto no fim de 2012.

A implantação ocorrerá no próximo ano e o sistema deverá funcionar plenamente a partir do começo de 2014. Se os trabalhos andarem de acordo com as previsões, já no próximo ano o Mecanismo Europeu de Estabilização (ESM) poderá injetar capital nos bancos diretamente. Não será necessária a intermediação dos Tesouros nacionais nem, portanto, o aumento da dívida soberana dos países envolvidos.

A criação de um supervisor central para o sistema bancário foi decidida formalmente em junho. Essa mudança deve resultar em maior disciplina para o sistema financeiro e em maior segurança também para os Tesouros. Nas condições atuais, os governos são forçados a captar recursos para reforçar os bancos. Em seguida as carteiras dos bancos perdem valor porque são formadas com bônus de governos cada vez mais endividados. O novo esquema de capi-

talização das instituições privadas deve romper esse círculo perverso.

A supervisão central permitirá uniformizar os critérios de fiscalização e de controle e isso deverá tornar as informações bancárias mais claras e mais confiáveis. Para o sistema produzir os melhores resultados será necessário, no entanto, um avanço mais rápido na adoção das novas normas de segurança recomendadas pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), de Basileia. A reforma está demorando muito e isso dificulta a revitalização do sistema, segundo a avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O segundo avanço foi a adesão, anunciada pelo presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, de nove países à proposta de um imposto sobre transações financeiras. Foi alcançado o número mínimo necessário para a adoção do tributo. Pela proposta origi-

nal, formulada pela comissão, uma taxa mínima de 0,1% incidirá nas negociações com ações e bônus. Sobre as operações com derivativos a cobrança será de 0,01%. Estimativa oficial indica uma receita de € 57 bilhões por ano. O dinheiro poderá ser usado para a segurança do sistema e para cobrir perdas causadas por instituições em crise. Aderiram ao plano as quatro maiores economias da zona do euro – Alemanha, França, Itália e Espanha – e também Áustria, Bélgica, Eslovênia, Portugal e Grécia.

Há muito menos avanço em relação a outros objetivos importantes para a consolidação do euro. A adoção de novos mecanismos de disciplina fiscal continua sendo mais uma bandeira do que uma prática. A articulação das políticas orçamentárias é essencial para um sistema monetário comum a vários países. O valor da moeda é afetado pela gestão das

contas públicas. Se a preservação da moeda depender apenas do banco central, os custos para o sistema econômico podem ser muito altos.

Boa parte dos problemas da zona do euro muito provavelmente teria sido evitada, se a unificação dos padrões fiscais tivesse acompanhado de perto a unificação monetária. Mas como garantir a disciplina sem a criação de uma autoridade central com poderes para interferir na política orçamentária de cada país? Sobre isso ainda falta acordo. As divergências apareceram mais uma vez nos últimos dias, quando o presidente francês, François Hollande, rejeitou a proposta alemã de constituição de um agente central com autoridade para intervir nos orçamentos. Enquanto faltar um acordo sobre como o sistema funcionará, o pacto fiscal já celebrado pelos governos da zona do euro continuará sendo uma abstração.

Pontes aos pedaços

Obras de emergência em viadutos e pontes de São Paulo consumiram R\$ 45 milhões dos cofres municipais nos últimos três anos. Desse total, R\$ 23 milhões foram utilizados em 2012, um volume que deverá ser ainda maior por causa dos reparos no Viaduto Orlando Murgel, danificado durante incêndio na Favela do Moimho, em meados de setembro. Os contratos de reformas emergenciais em pontes, viadutos e passarelas exigiram repasses num valor nove vezes maior do que o gasto com a manutenção de tais obras. Ou seja: essas construções só merecem atenção quando um acidente ou uma tragédia ameaça suas estruturas. Uma reforma em regime de emergência custa no mínimo cinco vezes mais que os serviços de manutenção.

São Paulo nunca dispôs de uma política dedicada aos procedimentos sistemáticos de manutenção de pontes, viadutos e outras estruturas do gênero. Há seis anos, o Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco) fez um levantamento das condições dessas construções na capital – que então somavam 240 pontes e viadutos, 75 passarelas e 700 pontilhões. Estimou-se que 10% desse conjunto estava com estruturas deterioradas e outros 50% necessitavam de reformas leves. Um ano depois, o Ministério Público paulista firmou com a Prefeitura um Ter-

mo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, estabelecendo intervenções em 68 pontes e viadutos em um prazo de até dez anos. Para isso, a administração municipal deveria manter reformas em sete pontes e viadutos a cada ano, em média.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras terá de se desdobrar para cumprir o acordo. Em entrevista ao **Estado**, o secretário adjunto Luiz Ricardo Santoro afirmou que desde 2009 a Prefeitura tenta, sem sucesso, contratar empresas para a manutenção e que apenas no fim de 2011 a pasta formalizou uma ata de registros de preços para serviços de conservação. Segundo ele, o serviço já começou em dez endereços, ao custo de R\$ 13 milhões, e, “nos próximos anos”, o volume de recursos destinados à prevenção vai aumentar de forma significativa.

A maioria das pontes e dos viadutos de São Paulo foi construída até meados da década de 70. De lá para cá, a frota da cidade aumentou de 1 milhão de veículos para mais de 7,3 milhões. Conforme os especialistas em obras viárias, as pontes são projetadas para uma vida útil de 50 anos, o que pode ser prolongado em muito se houver manutenção adequada. Numa cidade onde o trânsito é intenso, a frota só aumenta, a malha viária não cresce e sob vários viadutos e pontes multiplicam-se favelas, o cuidado deveria ser ainda maior, uma vez que os acidentes são mais frequentes.

Nos últimos meses, além do

Viaduto Orlando Murgel, pelo menos quatro outras dessas estruturas na capital foram afetadas por acidentes. Um incêndio comprometeu o Viaduto Pompeia, que ficou em obras durante seis meses, ao custo de R\$ 10,8 milhões; parte da mureta de proteção da Ponte dos Remédios caiu e causou interdição no local até que obras de emergência fossem concluídas, importando em gasto de R\$ 8,7 milhões; no Viaduto Brigadeiro Luís Antônio, uma placa de concreto se soltou e atingiu um carro; o mesmo tipo de incidente ocorreu na Ponte do Morumbi.

Os problemas mais comuns encontrados nessas estruturas são as infiltrações e a exposição das ferragens, chamadas de armaduras. Os dois podem, inclusive, estar relacionados: a infiltração é provocada pela água da chuva, por falhas na impermeabilização ou por problemas na tubulação. Sem manutenção adequada, o concreto é corroído, deixando as ferragens expostas.

Vistorias em pontes e viadutos a cada dois anos é o que aconselha, por exemplo, o diretor de engenharia do Sinaenco, Gilberto Giuzio. “É claro que não há como prever acidentes, mas investimento adequado em manutenção evita consertos maiores e mais caros”, disse ele. Em vez das vistorias, porém, contrata-se de tempos em tempos um novo estudo para verificar quais estruturas precisam de reforma. E tudo fica só no papel, à espera do próximo desastre.

A repercussão geral no STJ

Desde a aprovação da Emenda Constitucional n.º 45, que introduziu a reforma do Poder Judiciário, há seis anos, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é uma das cortes que mais se têm destacado na digitalização dos processos e na modernização de seus procedimentos, para agilizar seus julgamentos. Por mês, são protocolados 27 mil novos recursos no STJ, que conta com 33 ministros. Atualmente, há 262 mil ações aguardando uma decisão de uma das seis turmas da Corte – cada uma integrada por cinco ministros – ou do plenário.

A última iniciativa do STJ para atenuar o problema da excessiva carga de trabalho de seus ministros foi preparar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que autoriza a Corte a implantar um mecanismo processual nos moldes do princípio da repercussão geral, que já é aplicado aos recursos enviados ao Supremo Tribunal Federal. Segundo esse princípio, quando a mais alta Corte do País declara a existência da repercussão geral num determinado tema, os tribunais federais e estaduais suspendem automaticamente o envio de recursos semelhantes, até que o plenário julgue o caso, diminuindo assim o fluxo de processos.

O princípio da repercussão geral atua, assim, como uma espécie de filtro processual. Depois do julgamento definitivo do caso, a decisão deve ser apli-

cada aos demais processos que tratam da mesma matéria, nas instâncias inferiores.

Graças ao princípio da repercussão geral, o Supremo deixa de julgar casos repetitivos, o que permite aos ministros dedicar mais tempo na análise e julgamento dos recursos extraordinários, que discutem questões constitucionais e vão além das pretensões das partes, interessando a toda a sociedade. Desde que entrou em vigor, há cinco anos, o filtro da repercussão geral reduziu drasticamente o número de recursos enviados ao Supremo.

Em 2007, foram distribuídos cerca de 160 mil recursos. Em 2012, foram 38 mil.

Elaborada em março de 2012, a chamada “PEC da Relevância da Questão Federal” foi encaminhada pelo STJ ao Congresso no primeiro semestre e foi patrocinada pelos deputados peemedebistas Luiz Pitiman (DF) e Rose de Freitas (ES).

Recentemente, o novo presidente da Corte, ministro Felix Fischer, reuniu-se com dirigentes da Frente Parlamentar de Gestão Pública, com o relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça e com o vice-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para agilizar a tramitação da proposta. Assim que a PEC receber parecer favorável à admissibilidade, no plano formal, será criada uma comissão especial para analisá-la no mérito, em até 40 sessões.

Pela proposta do STJ, que é a última instância da Justiça Fe-

deral, a Corte só analisará um recurso especial se o recorrente demonstrar a relevância para a sociedade das questões discutidas no caso.

Quando a PEC foi apresentada, algumas entidades de advogados acusaram o STJ de valorizar mais os problemas operacionais do Judiciário do que a garantia constitucional do acesso à Justiça. O ministro Fischer refutou a crítica, argumentando que a aplicação do princípio da repercussão geral, na interpretação de leis federais, não prejudica o direito de defesa das partes nem dificulta o acesso aos tribunais.

“A PEC vai permitir ao STJ que deixe de julgar matérias que normalmente não deveriam chegar a uma corte superior. Ela vai ajudar o STJ a cumprir seu objetivo constitucional, que é uniformizar a interpretação de leis federais. O que não tem sentido é padronizar a interpretação dessas leis com base em causas que não têm maior significado”, disse o presidente da Corte.

Um exemplo ilustrativo dessas causas irrelevantes, que deveriam ser encerradas na primeira instância da Justiça Federal, foi o julgamento, em agosto, de um processo sobre a morte de um papagaio causada por um rottweiler. O caso só chegou ao Superior Tribunal de Justiça porque uma das partes – um procurador da República – tinha direito a foro privilegiado. “É algo que não poderia chegar a um tribunal superior”, afirmou Fischer na ocasião.

Já imaginaram se for eleito prefeito o sr. Haddad, que quando ministro da Educação autorizou a publicação de livros didáticos com erros gramaticais grosseiros, como na frase “os menino pega o peixe”? Isso é pura falta de competência para ensinar, que se traduz em incompetência para administrar. Além disso, cartilha de Matemática do MEC ensina que 10-7=4 e 16-8=6. Ainda em outras obras foram detectados erros em Ciências, Geografia e História. Eleitores, escolham com inteligência e bom senso. São Paulo não merece ficar nas mãos do PT, que engendrou o escabroso mensalão, comprovado pelo STF, restabelecendo a confiança no Judiciário e nas normas do Estado Democrático de Direito. Assim como José Dirceu, o “capitão do time”, comandou o esquema do mensalão, seu chefe sabia de tudo, tendo dado seu aval. Dessa maneira, está estabelecido o nexo entre Lula e o mensalão. E ainda vem o sr. Lula, que nomeou cinco dos dez atuais membros do

STF, alegar que a condenação dos seus companheiros foi “uma hipocrisia”... Isso é um desrespeito aos membros da Suprema Corte! O próprio ministro Joaquim Barbosa atestou que “a consciência moral da Nação está viva e desperta”. O PT quer-se manter no poder e ficará mais fácil se conseguir a Prefeitura de São Paulo. Não se deixem enganar. Lula deveria ir para casa e cuidar de suas aposentadorias, como aconselhou Serra a se aposentar e cuidar da saúde e de seus netos. Se quiser ficar na História...

CLEITON REZENDE DE ALMEIDA
cleiton-rezende@uol.com.br
Araraquara

Loteamento

A Prefeitura com Haddad, nada contra o prefeito. O ruim mesmo é a petralhada que loteará os cargos e funções.

ALCIDES FERRARI NETO
ferrari@afn.eng.br
São Paulo

“Novamente o velho discurso coronelista do ‘julgamento das urnas’. Agora só falta usar o ‘rouba, mas faz’...”

RICARDO SANAZARO MARIN / OSASCO, SOBRE LULA E O MENSALÃO
s1estudio@ig.com.br

“Que país é este, onde ser honesto, ter caráter e vergonha na cara parecem ser virtudes, e não obrigações?”

ALBERT HENRY HORNETT / SÃO PAULO, SOBRE A LENIÊNCIA COM A CORRUPÇÃO
hornettalbert@hotmail.com

HÁ 1.177 DIAS
POR DECISÃO JUDICIAL, O ESTADO ESTÁ SOB CENSURA. ENTENDA O CASO: WWW.ESTADAO.COM.BR /CENSURA

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

TOTAL DE COMENTÁRIOS NO PORTAL:

Fechada loja onde cães eram agredidos

Pet shop perdeu alvará da prefeitura do Rio e dono do imóvel liberou local para alugar

1.783

● “Isso mesmo! Agora tinha de rolar cadeia para o rapaz e para a mãe dele, que ainda fingiu surpresa.”

NATÁLIA P. RODRIGUES

● “Tanta coisa mais importante no mundo para se preocupar do que meia dúzia de animais e pet shop...”

TIAGO VASCONI STOPPA

● “É muito triste isso. As pessoas perdem a confiança. Imagino que em outros lugares devem acontecer situações parecidas.”

ALINE BRUM

O ESTADO DE S. PAULO

Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 55 - 6º andar, CEP 02598-900
Fax: (11) 3856-2920
E-mail: forum@estadao.com

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada.

Central de atendimento ao leitor:

3856-5400 - falecom.estadao@estadao.com

Central de atendimento ao assinante

Capital e Regiões Metropolitanas: 4003-5323
Demais localidades: 0800-014-77-20

www.assinante.estadao.com.br/faleconosco

Classificados por telefone:

3855-2001

Vendas de assinaturas:

Capital: 3950-9000
Demais localidades: 0800-014-9000

Vendas Corporativas:

3856-2917

Central de atendimentos às agências de publicidade:

3856-2531 - cia@estadao.com

Preços venda avulsos: SP: R\$ 3,00 (segunda a sábado) e R\$ 5,00 (domingo). RJ, MG, PR, SC e DF: R\$ 3,50 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). ES, RS, GO, MT e MS: R\$ 5,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,50 (domingo).

BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 6,50 (segunda a sábado) e R\$ 8,50 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO: R\$ 7,00 (segunda a sábado) e R\$ 9,00 (domingo)

Preços assinaturas: De segunda a domingo - SP e Grande São Paulo - R\$ 74,90/mês. Demais localidades e condições sob consulta.